

Superior Tribunal de Justiça

EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 11.371 - DF (2007/0244835-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM
EDUCAÇÃO NO AMAPÁ
ADVOGADO : ELIZABETE SANTOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
AP000444
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : MARIA ALICE DA COSTA OLIVEIRA
INTERES. : MARIA ALICE RAMALHO DE OLIVEIRA TENORIO
INTERES. : MARIA ALICE SOUZA MENDES
INTERES. : MARIA ALTAMIRA PEREIRA AVELINO
INTERES. : MARIA ALVES TEIXEIRA
INTERES. : MARIA ALZENI CORREA
INTERES. : MARIA ANDERLY BARRIGA MARQUES
INTERES. : MARIA ANGELA DA COSTA NUNES
INTERES. : MARIA ANGÉLICA CASCAES TEIXEIRA
INTERES. : MARIA ANGÉLICA DA COSTA
INTERES. : MARIA ANNIE PONTES E SOUZA
INTERES. : MARIA ANTÔNIA DIAS DE SÁ
INTERES. : MARIA ANTÔNIA MOREIRA SARDINHA
INTERES. : MARIA ANTONIETA COSTA XAVIER
INTERES. : MARIA APARECIDA CORTES MACHADO
INTERES. : MARIA APARECIDA NASCIMENTO DA LUZ
INTERES. : MARIA APARECIDA NOBRE LOPES
INTERES. : MARIA ARACY DE SOUZA NUNES
INTERES. : MARIA ARLENE FERREIRA PIRES
INTERES. : MARIA ARLETE COELHO LEITE
INTERES. : MARIA ARLETE DE PAIVA BRANDÃO
INTERES. : MARIA ARLETE OLIVEIRA DE AMORIM RODRIGUES
INTERES. : MARIA ASSUNÇÃO NASCIMENTO DA COSTA
INTERES. : MARIA AUGUSTA AMANAJAS BENJAMIN
INTERES. : MARIA AUREA COELHO LEITE

DECISÃO

Apresentados os cálculos pela Coordenadoria de Execução Judicial (CEJU), elaborados com base no julgamento dos embargos, foram expedidas as requisições de pagamento (fl. 178), exceto em relação a MARIA ANTÔNIA DIAS DE SÁ, por divergência de nome (fl. 173).

Intimada a regularizar a situação, a exequente não se manifestou no devido prazo.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

Com a expedição das requisições de pagamento, ocorreu o esgotamento da prestação jurisdicional.

A resolução da pendência nestes autos depende de diligência da parte interessada em apresentar documento que justifique a divergência de nome indicada pela CEJU.

Diante do exposto, determino o arquivamento dos autos, com a ressalva de que poderão ser reativados desde que apresentada a documentação necessária no prazo legal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.



Ministro NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção